

DF-Paranoá

Anulada a distribuição de chácaras no Paranoá

Comissão investiga se houve irregularidade na concessão dos terrenos

Uma das últimas decisões da Fundação Zoobotânica, extinta dia cinco do mês passado, foi suspensa ontem pelo secretário de Agricultura, Agnaldo Lélis, por suspeita de irregularidade. Trata-se da distribuição de dez chácaras na Região Administrativa do Paranoá com área total de 103 hectares para supostos produtores rurais. Lélis havia sido alertado semana passada sobre a possibilidade de a distribuição não ter obedecido critérios da Secretaria de Agricultura; conversou com sua assessoria e ontem suspendeu o ato. "Vamos fazer uma revisão do processo, checar item por item e se ficar

comprovada qualquer irregularidade os responsáveis serão punidos com todo o rigor", prometeu o secretário.

A distribuição das chácaras foi aprovada pelo Conselho Deliberativo dia 27 de outubro do ano passado. São dez chácaras ao todo, com área variando entre seis a 19 hectares. E os proprietários não perderam tempo. Tão logo receberam o terreno, começaram a levantar casas. Ontem, o secretário determinou a paralisação das obras. A área volta ao domínio do GDF.

Além da suspeita de vistas grossas para alguns critérios, o secretário foi alertado de que

haveria intenção de alguns dos "donos" em parcelar o terreno, num processo semelhante ao que aconteceu com a Colônia Agrícola Vicente Pires, próximo a Taguatinga, que hoje é praticamente uma cidade. "Não vamos tolerar massacre com a terra pública", diz o secretário, acrescentando que ainda não havia levado o caso ao conhecimento do governador Joaquim Roriz. "Tomei a decisão depois de conversar com minha assessoria, mas estou certo que terei o respaldo do governador", afirmou Lélis.

Curioso na história é que o Conselho Deliberativo, que autorizou o contrato com os

supostos produtores rurais, é presidido pelo próprio secretário. Por que, então, não barrou o processo? Lélis responde que se guiou, como acontece com todos os presidentes de conselho, por orientação técnica. "Pela exposição, não havia, aparentemente, nada de irregular", justifica. E completa: "Mas, recentemente, na semana passada, se não me engano, fui aconselhado a verificar novamente o processo. Achei por bem anular tudo e instituir uma comissão para investigar". A comissão iniciará os trabalhos hoje.

JAIRO VIANA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA